



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO**

**Batuque e Preconceito**

Um podcast que aborda a Intolerância Religiosa no Mato Grosso do Sul

Campo Grande  
JUNHO/2025

**FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO**

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)  
(67) 3345-7607 – [jorn.faalc@ufms.br](mailto:jorn.faalc@ufms.br) – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – [www.ufms.br](http://www.ufms.br)



**GIOVANNA FERNANDES SIQUEIRA VIANA**

**Batuque e Preconceito**

Um podcast que aborda a Intolerância Religiosa no Mato Grosso do Sul

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Jornalismo da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Laura Seligman

Campo Grande  
Novembro/ 2025

**FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO**

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)  
(67) 3345-7607 – [jorn.faalc@ufms.br](mailto:jorn.faalc@ufms.br) – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – [www.ufms.br](http://www.ufms.br)



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Título do Trabalho: "Batuque e preconceito (Podcast)"**

**Acadêmica:** Giovanna Fernandes Siqueira Viana

**Orientadora:** Laura Seligman

**Data:** 25/11/2025

**Banca examinadora:**

1. Hélder Silva Lima
2. Clayton Neves (Record)

**Avaliação:** ( x ) Aprovado ( ) Reprovado

**Parecer:** destaca a qualidade do trabalho, pertinência da temática e sugere adequações.

Campo Grande, 25 de novembro de 2025.

**NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC**

**UFMS  
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Professora do Magistério Superior**, em 25/11/2025, às 09:50, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6017901** e o código CRC **9227998C**.

## COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS





## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus, que me deu forças para trilhar essa trajetória, e, principalmente, às minhas duas mães, Juliana Siqueira e Anita Mendes, que estiveram comigo em todos os momentos dessa caminhada, inclusive nos mais difíceis, quando pensei em desistir de tudo. Elas foram o meu alicerce durante toda a jornada acadêmica.

Agradeço também à minha família: Vó Graça, Tia Maria de Lourdes, meu primo e irmão Chris Wallace, minha prima Isabella e meu tio/pai Romário, que estiveram ao meu lado, me apoiaram e me ajudaram em todos os momentos. Quero deixar claro que, sem eles, eu não teria chegado tão longe. As dificuldades de mudar de estado e encarar uma vida totalmente diferente foram um choque que eu não conseguia enfrentar sozinha.

Registro ainda meu agradecimento às minhas amigas de infância, Francielli Okida e Carol Hanesen, por sempre apoiarem meus sonhos e me ajudarem em momentos sensíveis. Também deixo meu carinho a três grandes amigos que foram essenciais na minha vida em Campo Grande: João Vitor Marques, Lívia Medina e Gyovana Marinho, vocês foram mais do que amigos, foram família.

Por fim, agradeço à minha orientadora Laura Seligman, que foi além de professora e orientadora: foi uma amiga e um apoio constante para nós, alunos de Jornalismo da UFMS. Ela mostrou que um professor pode ser alguém que vai além da instituição.



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



## SUMÁRIO



## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um podcast de três episódios que aborda a intolerância religiosa na Umbanda e no Candomblé. O objetivo principal é mostrar ao ouvinte o que são essas religiões, o que é intolerância religiosa, como as autoridades e órgãos lutam para combatê-la, além de trazer relatos de praticantes que são líderes religiosos e já sofreram preconceito por conta de sua fé. Para abordar o assunto, além do estudo de leis e artigos sobre o tema, foram entrevistadas fontes especializadas, como a promotora do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Paula Volpe, que explicou como funciona o papel do Estado no desenvolvimento e na proteção às vítimas, bem como o babalorixá Pedro Gaeta, presidente da Federação de Cultos Afro-Brasileiros e Ameríndios, que falou sobre a luta para garantir a defesa dos praticantes de religiões afro-brasileiras no estado. Também foram entrevistados o professor de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Victor Ferri, e a mestrandona em Antropologia, Rayanne Jarcem, que abordaram o Candomblé e a Umbanda como objeto de estudo e o papel das universidades ao incentivar trabalhos como este. Além deles, participaram dois líderes religiosos: a mãe de santo Laura de Oxumarê, da Umbanda, e o babalorixá Jil de Igbo, do Candomblé.

**PALAVRAS-CHAVES:** Podcast; Intolerância Religiosa; Umbanda; Candomblé.



## INTRODUÇÃO

Este Projeto Experimental consiste em um podcast jornalístico de três episódios chamado “Batuque e Preconceito”, que aborda os desafios enfrentados por adeptos dessas religiões em relação ao preconceito e à desinformação que ainda existem na sociedade brasileira. Este estudo procura refletir sobre a relevância da fé, cultura e ancestralidade afro-brasileira, além do papel das instituições públicas e da ciência na preservação e promoção dessas manifestações religiosas.

Para facilitar a compreensão do assunto, o podcast foi dividido em três episódios, sendo que cada um deles trata de um aspecto específico do tema central. O primeiro episódio apresenta depoimentos e experiências de líderes religiosos que compartilham suas histórias de resistência e fé, expondo os efeitos do preconceito e as estratégias para fortalecer as comunidades de terreiro. O segundo episódio oferece uma análise acadêmica, com entrevistas com o docente de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Victor Ferri, e a mestrandona em Antropologia, Rayanne Jarcem, que debatem o papel da Antropologia na compreensão das religiões afro-brasileiras e a relevância de discutir o assunto nas instituições de ensino superior.

O terceiro episódio discute a atuação do governo e das organizações representativas no combate à intolerância religiosa. A promotora de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Paula Volpe, e o presidente da Federação de Cultos Afro-Brasileiros e Ameríndios de Mato Grosso do Sul (FECAMS), babalorixá Pedro Gaeta, falam sobre os desafios e progressos na defesa dos direitos e proteção das vítimas de intolerância.

Durante os episódios, o podcast mescla reportagem, entrevistas e relatos pessoais para proporcionar ao ouvinte uma perspectiva abrangente sobre a intolerância religiosa, bem como as estratégias de combate e valorização das religiões de matriz africana em Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Na atualidade, os podcasts têm se consolidado como uma importante ferramenta de comunicação. De acordo com Monteiro e Pereira (2020, p. 128), “percebeu-se que o podcast tem ganhado espaço como produto de comunicação para o público que busca conteúdo jornalístico sob demanda e se fortalecido enquanto produto midiático na produção jornalística”.

Assim, o podcasting estabelece-se como uma das formas mais acessíveis e atrativas de consumir conteúdo na era digital. Ao compreender seu funcionamento e potencial, é possível



visualizar as oportunidades que esse meio oferece, tanto para os consumidores quanto para os produtores de conteúdo. Apesar dos desafios que envolvem sua produção e distribuição, os benefícios associados ao uso e à criação de podcasts são inegáveis (CIDESP, 2025).

Com ele, tanto produtores quanto consumidores de conteúdo vêm compartilhando opiniões, histórias e saberes de forma cada vez mais dinâmica e envolvente. Dessa maneira, o podcast fortalece o debate, proporciona espaço para novas vozes, fortalece comunidades e revela-se como uma poderosa ferramenta de comunicação na era digital (CIDESP, 2025).

Neste cenário, o objetivo principal deste estudo é demonstrar, por meio de um podcast jornalístico, de que forma a intolerância religiosa se manifesta em relação às religiões de matriz africana, com ênfase na Umbanda e no Candomblé, no estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, procura-se abordar a relevância dessas religiões na construção cultural e histórica do Brasil, além das iniciativas de combate promovidas por líderes religiosos, entidades públicas e estudiosos.

A importância deste assunto reside na compreensão de que a intolerância religiosa é uma manifestação de racismo que continua presente na sociedade e afeta diretamente as comunidades tradicionais de terreiro. Assim, o estudo visa contribuir para a valorização da diversidade religiosa, fomentando o respeito, à informação e a visibilidade dessas manifestações de fé. Ademais, é fundamental criar produtos jornalísticos que tratam o assunto com responsabilidade e sensibilidade, destacando o papel social do jornalismo na defesa dos direitos humanos e no combate ao preconceito religioso.

O podcast “Batuque e Preconceito” está disponível no Spotify, link de acesso:  
[https://open.spotify.com/show/6aK50LdxWaIdXtSp0Jvhkr?si=Lrdd6NC\\_Qi6UVsdiuE8Nbg](https://open.spotify.com/show/6aK50LdxWaIdXtSp0Jvhkr?si=Lrdd6NC_Qi6UVsdiuE8Nbg)



## 1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 1.1 Execução

Os primeiros passos para o desenvolvimento do podcast “Batuque e Preconceito” foram a pesquisa e a leitura de artigos acadêmicos sobre intolerância religiosa, a chegada da Umbanda e do Candomblé ao Brasil, bem como notícias de casos de intolerância religiosa em Mato Grosso do Sul e números de casos nacionais e estaduais. Essa etapa serviu para o desenvolvimento das perguntas e do roteiro em si, facilitando o processo de produção e a escolha das fontes.

Após toda a pesquisa, comecei a etapa de escolha das fontes e o desenvolvimento do roteiro, em que define o conteúdo de cada um dos três episódios. O primeiro seria com fontes personagens, que seriam os líderes religiosos da Umbanda e do Candomblé, e a entrevista seria feita com os dois juntos, para proporcionar uma melhor discussão e desenvolvimento das perguntas. O segundo episódio seria com dois estudiosos sobre as religiões, para que abordassem como as universidades lidam com esses temas e se há preconceito dentro da academia, além de discutir o papel do antropólogo na pesquisa sobre a Umbanda e o Candomblé. Por fim, o último e terceiro episódio trataria do papel das autoridades no combate à intolerância religiosa, do cumprimento da lei e das maneiras que a Federação de Cultos Afro-Brasileiros e Ameríndios (FECAMS) utiliza para garantir que essas religiões sejam praticadas no estado.

Após decidir o que queria de cada episódio, iniciou-se a procura por fontes, primeiro as institucionais, como o Ministério Público (MPMS) e a Federação de Cultos Afro-Brasileiros e Ameríndios (FECAMS). Depois de entrar em contato com eles, segui para as fontes acadêmicas e personagens. Ao contatar todos, começou o processo de correção e gravação dos episódios. Decidi usar o estúdio do curso de Jornalismo da UFMS para fazer as gravações de alguns episódios e também o meu celular.

A captação das entrevistas contou com a ajuda do técnico da UFMS, Valdinei Costa de Almeida, que fez as gravações no estúdio da faculdade. Também foram feitas captações de vídeos e fotos das entrevistas para registro, com a ajuda do acadêmico João Vitor Marques. Após cada episódio gravado, ele era editado, cada edição contou com a colaboração da



acadêmica Gyovana Marinho, e enviado para avaliação da orientadora Laura Seligman, com quem fiz os ajustes necessários.

A primeira entrevista foi realizada com a promotora Paula Volpe, do MPMS, em seu escritório, onde realizei a captação sonora. Os assuntos abordados na entrevista foram o papel do Ministério na aplicação da lei e os meios que estavam sendo desenvolvidos ou já foram implementados para garantir a liberdade religiosa. Ainda no mês de setembro, foi realizada a gravação do primeiro episódio, com a mãe de santo Laura de Oxumarê, da Umbanda, e o babalorixá Jil de Igbo, do Candomblé. A entrevista foi em formato de mesa-cast, onde ambos os entrevistados falaram sobre seus pontos de vista e vivências dentro da religião, bem como o enfrentamento à intolerância religiosa.

No começo de outubro de 2025, foi gravada a primeira parte do segundo episódio, com o professor de Antropologia da UFMS, Victor Ferri, que abordou os estudos e como a universidade lida com temas como a Umbanda e o Candomblé, além de discutir se existe algum preconceito dentro da instituição. No final de outubro, finalizei o segundo episódio com a entrevista da mestrande Rayanne Jarcem, que falou sobre os enfrentamentos que passou ao estudar a Umbanda e como a instituição lida com esses estudos, bem como sobre a pouca visibilidade que eles possuem.

Ainda no final de outubro de 2025, realizei a última entrevista, do terceiro episódio, com o presidente da FECAMS, babalorixá Pedro Gaeta. Fui até seu escritório e fiz a captação da entrevista com meu celular. O babalorixá Pedro Gaeta falou sobre a atuação da Federação no estado e sobre a dificuldade dos órgãos públicos em garantir que as leis sejam cumpridas. Após a entrevista, gravei o roteiro no estúdio e, com a ajuda da acadêmica Gyovana Marinho, juntamos a entrevista do babalorixá Pedro e da promotora, com a gravação do roteiro final, pois foram feitas separadamente.

Após a gravação de todas as entrevistas, começou o processo de alterações e cortes em cada episódio. Depois de fazer a decupagem e a edição final, o material foi entregue à orientadora Laura Seligman, que aprovou o conteúdo da edição. Quando tudo estava pronto, iniciei o processo de diagramar uma capa para cada episódio e realizar a publicação no Spotify, que foi concluída no começo de novembro de 2025.

Ao longo de toda a construção do podcast “Batuque e Preconceito”, desde a fase de pesquisa e elaboração dos roteiros até a finalização do produto, contou-se com a orientação e



as correções da professora Laura Seligman, que auxiliou de forma essencial para o desenvolvimento e a entrega deste trabalho da melhor maneira possível.

### **1.2 Dificuldades Encontradas:**

A maior dificuldade enfrentada durante o desenvolvimento do podcast foi a disponibilidade das fontes, que, em diversas ocasiões, marcavam e desmarcaram entrevistas em cima da hora. Por esse motivo, houve atraso na realização das demais entrevistas, e apenas o primeiro episódio pôde ser gravado com as duas fontes presentes simultaneamente no estúdio, o que não foi possível nos episódios seguintes.

Outro desafio ocorreu na etapa de edição. O primeiro episódio teve aproximadamente uma hora de duração, e, após a decupagem, foi necessário selecionar os trechos que melhor se encaixavam na proposta central do trabalho. Alguns temas abordados extrapolavam o contexto principal, o que exigiu cortes e ajustes para manter a coerência e o foco do episódio.

### **1.3 Objetivos Alcançados:**

O objetivo geral previsto no pré-projeto era narrar em uma série de episódios no formato podcast questões sobre o contexto de intolerância religiosa em relação a regiões de matriz africana e como ela se manifesta em Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul.

Entre os objetivos específicos conseguiu-se, 1) Apresentar relatos pessoais de intolerância religiosa, no estado de Mato Grosso do Sul; 2) Apresentar as origens da fé; 3) Narrar as características do Candomblé e Umbanda; 4) Apresentar o conceito da intolerância religiosa. Como também, demonstrar de que forma o Estado busca garantir o cumprimento das leis e atuar por meio de órgãos criados para proteger e assegurar os direitos dos praticantes das religiões de matriz africana, como é o caso da FECAMS.



## **2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS:**

### **2.1 Religiões de Matriz Africana**

Em meados do século XVI, teve início o tráfico de escravos negros para o Brasil, trazidos de determinados países da África, com eles vieram também sua cultura e suas religiões. Segundo Silva (2005), a colonização portuguesa e a Igreja Católica, religião majoritária dos colonizadores, estavam sendo alvos de críticas de reformistas que denunciavam seus desvirtuamentos. Em função disso, estavam perdendo seguidores, sendo levados a converter tanto os povos nativos quanto os de origem africana ao catolicismo.

Qualquer manifestação religiosa que não seguisse o catolicismo era entendida como uma contravenção penal. Mesmo com a pressão da Igreja Católica para unificar a religião no período colonial, o resultado não foi como o planejado. Os escravos, vistos como propriedade e classificados como seres indignos de humanidade, não tinham o direito de possuir uma crença que não a católica (Silveira, 2006).

A catequese dos negros não correspondeu, salvo em raras exceções, ao protesto dos jesuítas e padres contra as condições desumanas de trabalho e de maus tratos que os negros foram submetidos. Esta atitude contraditória da Igreja fez com que a catequese e a manutenção da escravidão andassem de mãos dadas. (Silva, 2005, p.30)

Os escravos assim que chegavam nos navios negreiros, eram batizados e recebiam um nome católico, como também eram ensinados as ressignificações e obediência ao senhor de engenho como forma de alcançar o céu e redimir os pecados de suas almas (Silva, 2005, p30).

Uma das leis do acordo entre a Coroa portuguesa e a Igreja dizia que o escravo deveria ser batizado no prazo máximo de cinco anos depois de chegado ao Brasil. Assim, competia à Igreja aplicar os sacramentos básicos que os transformassem de pagãos, pecadores, em cristãos. (Silva, 2005, p.32)

O catolicismo imposto a eles não foi suficiente para esquecerem suas raízes, e de maneira sutil ainda praticavam suas religiões, suas danças, cânticos e rezas realizadas em feriados e domingos. Silva (2005, p. 34) afirma que “A aristocracia e o governo, quando admitiam os batuques, era porque, além de considerá-los como folclore, havia uma justificativa política por trás da tolerância.”. Em contraponto, qualquer ritual que aos olhos dos senhores fossem considerados como magia, eram totalmente banidos dos campos (Silva, 2005, p. 34).

### **2.2 Umbanda e Candomblé**



O Candomblé, segundo Silva (2005) sustenta que, até o século XVIII, as religiões africanas no Brasil eram comumente referidas como "calundu", uma expressão de origem bantu. Expressões como "batuque" e "batucajé" também eram empregadas para caracterizar uma variedade extensa e indeterminada de práticas religiosas, que englobava danças em grupo, cantos, músicas percussivas, invocação de entidades espirituais, possessão, adivinhação e cerimônias de recuperação. Nessa época, os calundus representavam uma forma de culto africano bastante organizada em zonas urbanas, precedendo as casas de candomblé do século XIX e os terreiros modernos.

O desenvolvimento do candomblé, por exemplo, foi marcado, entre outros fatores, pela necessidade por parte dos grupos negros de reelaborarem sua identidade social e religiosa sob as condições adversas da escravidão e posteriormente do desamparo social, tendo como referência as matrizes religiosas de origem africana. Daí a organização social e religiosa dos terreiros em certa medida enfatizarem a "reinvenção" da África no Brasil. (Silva, 2005, p. 15)

Segundo Silva (2005), o Candomblé é uma reconstrução da África no Brasil, resultante do encontro de povos de diversas nações, tais como iorubás, jejes e bantos. A partir dessa fusão de grupos, surgiram comunidades religiosas, conhecidas como terreiros, onde o espaço sagrado passou a ser compartilhado e empregado tanto para a prática religiosa quanto para a estruturação da sociedade. Portanto, os terreiros são núcleos de resistência, atuando simultaneamente como locais de memória, manutenção da tradição e de experiência religiosa coletiva.

Silva (2005) também destaca a significação das comunidades de Candomblé na estrutura social de grupos afro-brasileiros, atuando como um local de solidariedade, suporte recíproco e resistência às disparidades existentes na nova realidade experimentada pelos africanos no período depois da escravidão. Os babalorixás e ialorixás do Candomblé, através de suas lideranças, intensificaram a ligação entre comunidades, compartilhando conhecimentos, valores e rituais específicos que influenciaram tanto a história quanto a memória de certos grupos.

Com base em Silva (2005), a Umbanda é uma religião originada no período após a abolição, com especial relevância para comunidades negras e mestiças que procuravam uma maneira de experimentar o sagrado, enquanto reafirmaram suas origens culturais e identidades. A nova expressão religiosa surge como um local de resistência e reinvenção, capaz de acolher e reinterpretar diversas influências, ao invés de simplesmente excluí-las. Assim, ela se junta ao percurso de outras comunidades afro-brasileiras na reconstrução de suas identidades.



Morais, com base nos estudos de Ortiz, diz que o negro para subir individualmente na sociedade, aceitava valores impostos pelo mundo branco, se recusando ter fortes conotações negra, ou seja, precisava embranquecer.

primeiramente, houve um “embranquecimento” das práticas religiosas dos negros, seguido de um “empretecimento” de práticas espíritas e kardecistas. O “empretecimento” é definido por Ortiz como um movimento de uma camada social branca em direção às crenças tradicionais afro-brasileiras, que não resulta em uma valorização das tradições negras. (Morais, 2019, p. 1629)

Morais, com base nos estudos de Ortiz, entendeu que o nascimento da umbanda é fruto desses dois movimentos: o embranquecimento somado ao empretecimento (Morais, 2019, p. 1630). “[...] tais interpretações se baseiam, ainda que não mencionadas diretamente, nas articulações de praticantes das religiões afro-brasileiras, e aqui ressaltando a umbanda, no espaço público”.

A partir de 1930, a Umbanda começa uma luta para se institucionalizar e se firmar como religião. Mesmo com repressões policiais, o movimento continuou, fazendo com que os praticantes se organizassem em prol de sua proteção. Foi quando em 1939, no Rio de Janeiro, foi criada a União Espírita da Umbanda do Brasil (UEUB), a primeira de dezenas de entidades representativas dos umbandistas que surgiram no decorrer do século XX. (Morais, 2019).

No caso da umbanda, de formação mais recente, seu desenvolvimento foi marcado pela busca, iniciada por segmentos brancos da classe média urbana, de um modelo de religião que pudesse integrar legitimamente as contribuições dos grupos que compõem a sociedade nacional. (Silva, 2005, p 15)

As religiões de matriz africanas são conhecidas por seus rituais onde é usados amuletos, pedras e sua crença em seus deuses que usam de seus fiéis para se manifestar, nos tempos atuais isso ainda é visto como abominação, semelhante àquela época (Silva, 2005, p. 34).

Simultaneamente, a umbanda incorpora práticas de origem africana, porém com um novo figurino, tentando se distanciar do estigma da feitiçaria. Um exemplo é o personagem do preto-velho, uma representação do africano escravizado, apreciado pela sua sabedoria e benevolência, o que o diferenciava da visão negativa da magia vinculada às religiões afro-brasileiras. (Morais, 2019)

A umbanda originada no Rio de Janeiro, particularmente a ligada à União Espírita de Umbanda do Brasil (UEUB), incluía também elementos indígenas e católicos, com o objetivo



de se consolidar como uma religião do Brasil. O espiritismo kardecista, amplamente difundido no Brasil desde o século XIX, tinha uma forte influência em sua base doutrinária. (Moraes, 2019)

Ainda de acordo com a Secretaria, os casos de intolerância religiosa permanecem alarmantes. Em 2024, foram registrados 188 casos de racismo e 51 denúncias específicas de intolerância religiosa, conforme dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Tais números evidenciam que, apesar da presença significativa dessas tradições religiosas no estado, o preconceito e a discriminação ainda persistem no cotidiano dessas comunidades.

Diversos canais de comunicação locais vêm denunciando com frequência episódios de ataques e hostilidades. O jornal Primeira Página, por exemplo, acompanhou em 2024 uma onda de depredações contra terreiros em Campo Grande, alertando para o crescimento desse tipo de violência. Segundo a publicação, “Mato Grosso do Sul registrou um aumento no número de denúncias por intolerância religiosa nos últimos dois anos”, apontando para a urgência de medidas de conscientização e combate a esses crimes.

O portal G1 também abordou o tema em uma de suas reportagens, destacando que os registros envolvem desde a destruição de templos religiosos e impedimentos para a realização de cultos, até comentários discriminatórios, agressões físicas e, em casos mais extremos, assassinatos motivados por intolerância religiosa. Essas ocorrências não se restringem apenas ao Mato Grosso do Sul, mas refletem uma tendência nacional, evidenciada pela quantidade de notícias e estatísticas que apontam para o avanço do preconceito religioso no Brasil.

### **2.3 Intolerância com religiões de matriz africana**

A intolerância religiosa está presente regularmente na vida de praticantes do Candomblé e da Umbanda, principalmente por seus cultos e templos. Segundo João Farias Filho (2025), muitos praticantes enfrentam discriminação; violência simbólica e física; e ataques aos seus locais de culto, especialmente nas periferias urbanas.

Conforme uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, o Brasil possui cerca de 50% da população católica, 31% evangélica e 10% não possuem religião. O que quer dizer que



pelo menos 81% da população brasileira é cristã. Isso pode interferir potencialmente na definição de qual religião é a correta.

Apesar da proteção normativa robusta conferida pela Constituição Federal de 1988, que assegura o livre exercício dos cultos religiosos (art. 5º, VI), além da inviolabilidade da liberdade de consciência e crença, a prática cotidiana evidencia que essas garantias não têm sido plenamente respeitadas. Grupos religiosos minoritários, especialmente os praticantes de religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, estão entre os mais afetados pela intolerância. (Farias Filho, 2025, on-line)

A intolerância religiosa pode se expressar de várias maneiras, desde discursos de ódio, preconceitos profundamente arraigados na sociedade, até comportamentos violentos. Isso indica que, mesmo sendo o Brasil uma nação laica, o respeito à diversidade religiosa ainda não é uma realidade completa para todos os seus cidadãos (Farias Filho, 2025).

A liberdade religiosa no Brasil é um direito fundamental de natureza complexa, que exige constante vigilância e aprimoramento institucional para sua efetiva garantia. Sua realização depende não apenas da existência de normas constitucionais e legais protetivas, mas também da atuação firme das instituições e da sociedade civil no combate à intolerância e na promoção da convivência pacífica entre diferentes crenças. (Farias, 2025, on-line)

Mesmo com leis que asseguram a liberdade religiosa, praticantes das religiões de matriz africana, constantemente sofrem com agressões verbais, físicas, preconceito público e online. Segundo Silva (2005, p.35), na época da escravatura a magia africana era vista como prática diabólica pelas autoridades eclesiásticas, como já havia ocorrido com as religiões indígenas.

Atualmente, essa visão não é muito diferente quando se trata das práticas e rituais no Candomblé e na Umbanda, o que significa que essas religiões vêm sendo há décadas perseguidas.

Combater a intolerância religiosa exige não só a aplicação efetiva das leis estabelecidas, mas também ações educativas e culturais que promovem o respeito, a empatia e o conhecimento sobre múltiplas crenças. É essencial valorizar a diversidade religiosa para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária (Farias Filho, 2025, on-line).

### **2.3.1 *Leis que asseguram a Liberdade Religiosa***



No Brasil, a liberdade religiosa é um direito de toda e qualquer pessoa, sendo todos iguais perante a lei, independente da sua crença. Também é assegurado o direito de expressar sua religião em qualquer lugar, desde que respeite a religião daqueles ao seu redor.

**Art. 5º VI** - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (Brasil, 1988, on-line)

A Constituição Federal, também protege todo e qualquer local de culto religioso, dando liberdade para todos expressarem suas crenças, sem discriminação. Frequentemente, esses grupos são alvo de ataques simbólicos e físicos, que vão desde a violação de suas tradições até o desmantelamento de terreiros e a perseguição de seus adeptos.

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. (ONU, 2025, on-line)

E em 2024 as religiões de matriz africanas foram as principais vítimas de intolerância religiosa no primeiro semestre, dentre elas o candomblé foi a religião que mais sofreu com esses atos de violência, com 166 violações, e a umbanda com 124. (Barbosa Junior, 2024, on-line). Esses dados alarmantes revelam que a intolerância religiosa ainda é uma questão estrutural e contínua no Brasil, demandando medidas imediatas e efetivas do governo, da sociedade civil e das entidades de Justiça. É crucial entender que a liberdade religiosa não pode ser totalmente garantida enquanto as crenças tradicionais e ancestrais foram marginalizadas e violentadas.

## 2.4 - Podcast

De acordo Lopes (2015, p. 14), os podcasts consistem em programas em formato de áudio ou vídeo, cuja principal característica é a “distribuição direta e atemporal chamada podcasting”. O diferencial desse tipo de conteúdo está na possibilidade de ser acessado a qualquer hora do dia, em qualquer lugar, por meio de dispositivos como smartphones, tablets ou computadores, dispensando a necessidade de carregar rádios ou jornais. (CIDESP, 2025).

Ainda conforme Lopes (2015), o podcast foi criado em 2004 por Adam Curry, enquanto o termo “podcasting” foi sugerido por Ben Hammersley, em publicação no jornal The Guardian. A nomenclatura é formada pela junção do prefixo “pod”, em referência ao iPod, e o sufixo



“casting”, derivado da palavra “broadcasting”, que significa transmissão pública e em massa de informações. (LOPES, 2015, p. 15).

No início, o termo era pouco conhecido, mas, com o avanço da tecnologia e o aumento da acessibilidade da internet, o formato ganhou popularidade, especialmente com a chegada do iPod, que facilitou o consumo de músicas e outros conteúdos. (Cidesp, 2025, on-line)

Na atualidade, os podcasts têm se consolidado como uma importante ferramenta de comunicação. De acordo com Monteiro e Pereira (2020, p. 128), “percebeu-se que o podcast tem ganhado espaço como produto de comunicação para o público que busca conteúdo jornalístico sob demanda e se fortalecido enquanto produto midiático na produção jornalística”.

Assim, o podcasting estabelece-se como uma das formas mais acessíveis e atrativas de consumir conteúdo na era digital. Ao compreender seu funcionamento e potencial, é possível visualizar as oportunidades que esse meio oferece, tanto para os consumidores quanto para os produtores de conteúdo. Apesar dos desafios que envolvem sua produção e distribuição, os benefícios associados ao uso e à criação de podcasts são inegáveis (CIDESP, 2025).

Com ele, tanto produtores quanto consumidores de conteúdo vêm compartilhando opiniões, histórias e saberes de forma cada vez mais dinâmica e envolvente. Dessa maneira, o podcast fortalece o debate, proporciona espaço para novas vozes, fortalece comunidades e revela-se como uma poderosa ferramenta de comunicação na era digital (CIDESP, 2025).

Segundo Santos (2020), a mídia sonora, por sua capacidade de acolhimento e escuta, é uma das mais adequadas para promover o diálogo inter-religioso e combater estereótipos. Isso ocorre porque o podcast permite que as vozes dos próprios sujeitos religiosos sejam ouvidas, sem os filtros que normalmente distorcem suas representações nos meios hegemônicos.



### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso surgiu do desejo de entender mais detalhadamente como o preconceito e a intolerância continuam impactando as religiões de matriz africana, particularmente a Umbanda e o Candomblé, em Campo Grande (MS). Com o tempo, percebi que a minha curiosidade e apreço pela Umbanda e pelo Candomblé, para algumas pessoas, estavam sendo vistos como algo errado. Isso me fez refletir sobre os motivos pelos quais determinados grupos demonizam e ofendem essas religiões e seus praticantes, principalmente em uma cidade que apresenta praças e outras manifestações da cultura de matriz africana.

Durante minha formação em Jornalismo, notei o pequeno número de pautas que abordavam essas religiões de maneira respeitosa e sensível, em canais midiáticos. Isso fortaleceu meu desejo de criar um projeto que desse voz aos silenciados e ajudasse no combate ao racismo religioso.

A decisão pelo formato de podcast originou-se do desejo de desenvolver um produto dinâmico que combinasse informação e emoção. O áudio dá vida às histórias por meio das vozes de pessoas que vivem a fé diariamente, conectando o público às experiências compartilhadas e fomentando a empatia. Assim, o objetivo do projeto é narrar histórias de resistência, fé e identidade, mostrando como comunidades de terreiro e líderes religiosos lidam com o preconceito e se fortalecem coletivamente.

Este projeto também reflete uma busca pessoal por compreender o papel do jornalismo como instrumento de transformação social. Produzir o podcast “Batuque e Preconceito” foi, ao mesmo tempo, um exercício profissional e um aprendizado humano, que me permitiu enxergar o jornalismo como uma ponte entre conhecimento, respeito e diversidade.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Antônio. Por que Rio Grande do Sul tem maior percentual de adeptos de religiões de matriz africana no Brasil. Portal Geledés. Disponível em <https://www.geledes.org.br/por-que-rio-grande-do-sul-tem-maior-percentual-de-adeptos-de-religioes-de-matriz-africana-no-brasil/>. Acesso em 4 novembro 2025.

ASTROCENTRO. Conheça a entidade mais popular da Umbanda – O Preto Velho. Disponível em <https://www.astrocentro.com.br/blog/umbanda/preto-velho/#:~:text=O%20Preto%20Velho%20%C3%A9%20considerado%20%EE%80%80s%C3%A1bio.%EE%80%81%20terno>. Acesso em 4 novembro 2025.

Arteiras Comunicação. Disponível em: [O consumo de podcasts no Brasil - Arteiras Comunicação](#). Acesso em 15 de maio de 2025. Cidesp. Disponível em: [Podcast: O que significa e como funciona? - Cidesp](#). Acesso em 4 novembro 202 de 2025.

BARBOSA JUNIOR, Zé. Casos de intolerância religiosa disparam no Brasil em 2024. Revista Forum. 2024. Disponível em <https://revistaforum.com.br/brasil/2024/7/17/casos-de-intolerancia-religiosa-disparam-no-brasil-em-2024-162292.html> Acesso em 6 novembro 202 2025.

Constituição Federal, artigo 5º, inciso VI, 1988. Online no site [Art. 5, inc. VI da Constituição Federal de 88 | Jusbrasil](#) Acesso em 6 novembro de 2025.

Cidesp. Disponível em: [Podcast: O que significa e como funciona? - Cidesp](#). Acesso em 6 novembro de 2025.

FILHO, João Cleantes de FARIAS. Liberdade religiosa no Brasil. Artigo disponível em: [Liberdade religiosa no Brasil. - Jus.com.br | Jus Navigandi](#) Acesso em :6 novembro de 2025.

FERNANDES, Nathalia Vince. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. **Revista Calundu**. vol. 1, n.1, jan-jun 2017. Disponível em: <https://calundu.org/revista/revista-calundu-vol-1-n-1-jan-jun-2017/> Acesso em: 6 novembro de 2025.

G1. *Intolerância religiosa cresce no Brasil e preocupa especialistas*. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 6 novembro. 2025.

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA. *Depredações de terreiros aumentam em Campo Grande e preocupam comunidades de matriz africana*. Primeira Página, Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://primeirapagina.com.br>. Acesso em: 6 novembro. 2025.

LOPES, Leo. Podcast: guia básico. São Paulo: Marsupial, 2015.

Jornal Folha BV. Disponível em: [Brasil é o 3º país que mais consome podcast no mundo - Folha BV](#). Acesso em: 7 novembro de 2025.



MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). *Boletim estatístico de ocorrências: intolerância religiosa e racismo*. Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://www.sejusp.ms.gov.br>. Acesso em: 7 novembro. 2025.

MORAIS, Mariana Ramos de. De macumba a umbanda: o processo de legitimação da religião dita genuinamente brasileira. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 17, n. 54, p. 1623-1646, set./dez. 2019.

MONTEIRO, Jean Carlos da Silva . Tiktok como novo suporte midiático para a aprendizagem criativa. Revista Latino-Americana de Estudos Científico, Maranhão, v.01, n.02, p. 05-20, mar./abri. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/30795> Acesso em: 7 novembro de 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em : <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitos\\_humanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php)>. Acesso em :7 novembro.2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em : <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitos\\_humanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php)>. Acesso em :7 novembro.2025.

SANTOS, Carolina. **Intolerância religiosa e a mídia: possibilidades do podcast como espaço de escuta e denúncia**. *Revista Comunicação e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 65–78, 2020.

SILVA,Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda** Caminhos da Devoção Brasileira. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, Ed. 5, 2005.

SILVEIRA, Renato da. **O Candomblé da Barroquinha**. Processo de constituição do primeiro terreiro de keto. Salvador: Maianga, 2006.



## **APÊNDICES - ROTEIRO E PERGUNTAS:**

### **Primeiro Episódio**

ABERTURA COM BATUQUES (POSSÍVEL TRILHA SONORA)

OLÁ! SEJA MUITO BEM-VINDO E MUITO BEM-VINDA AO PRIMEIRO EPISÓDIO DO PODCAST “BATUQUE E PRECONCEITO”.

NESTE ESPAÇO, VAMOS FALAR SOBRE FÉ, RESPEITO, CULTURA E RESISTÊNCIA. AO LONGO DESSES TRÊS EPISÓDIOS, VAMOS ABORDAR A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA ENFRENTADA NA UMBANDA E DO CANDOMBLÉ, ESPECIALMENTE NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

NESTE EPISÓDIO, VAMOS OUVIR A EXPERIÊNCIA, O SABER E A FORÇA DE ALGUMAS DAS IMPORTANTES LIDERANÇAS ESPIRITUAL NA UMBANDA E DO CANDOMBLÉ: A MÃE DE SANTO LUARA DE IANSÃ E O BABALORIXÁ JIL DE IGBO (IBÔ). ELAS QUE SÃO UMA REFERÊNCIA NO COMBATE AO PRECONCEITO E DEFENSORA DA VALORIZAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA.

A MÃE DE SANTO LUARA DE OXUM XXX E O BABALORIXÁ JIL DE IGBO (IBÔ), MUITO OBRIGADA POR ACEITAREM O CONVITE. É UMA HONRA ABRIR ESSE PODCAST COM SUA PRESENÇA.

PARA COMEÇARMOS, GOSTARIA QUE VOCÊS SE APRESENTASSEM.

(APRESENTAÇÃO)

#### **HISTÓRIA E CAMINHO ESPIRITUAL**

1. PARA A MÃE LUARA DE IANSÃ E O BABALORIXÁ JIL DE IGBO (IBÔ): COMO COMEÇOU A JORNADA ESPIRITUAL DE VOCÊS ATÉ SE TORNAREM LIDERANÇAS RELIGIOSAS?
1. VOCÊS JÁ VIVENCIARAM OU PRESENCIARAM EPISÓDIOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA?



2. COMO COSTUMAM LIDAR NESSAS SITUAÇÕES?
1. QUAIS SÃO OS MITOS OU PRECONCEITOS MAIS COMUNS QUE AS PESSOAS TÊM SOBRE UMBANDA E CANDOMBLÉ?
2. O QUE VOCÊS ACREDITAM QUE PODERIA SER FEITO PARA PROMOVER MAIS RESPEITO E COMPREENSÃO SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA?
  
1. CAMPO GRANDE TEM UMA PRESENÇA SIGNIFICATIVA DE TERREIROS E CASAS RELIGIOSAS. GOSTARIA DE SABER SE HÁ APOIO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU A LUTA AINDA É SOLITÁRIA?
2. QUAIS CAMINHOS A VOCÊS ACREDITAM SEREM NECESSÁRIOS PARA COMBATER A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E PROMOVER MAIS RESPEITO ENTRE AS DIFERENTES CRENÇAS?

## ENCERRAMENTO

MÃE LUARA DE IANSÃ E O BABALORIXÁ JIL, MUITO OBRIGADA POR COMPARTILHAR CONOSCO SUA SABEDORIA, SUA HISTÓRIA E SUA CORAGEM. FOI UMA CONVERSA NECESSÁRIA E INSPIRADORA.

E VOCÊ QUE NOS OUVIU ATÉ AQUI, OBRIGADA PELA ESCUTA.

ESTE PODCAST É UM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, E TEM COMO OBJETIVO PROMOVER O RESPEITO, A ESCUTA E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA NO MATO GROSSO DO SUL.

ATÉ O PRÓXIMO EPISÓDIO!

[TRILHA FINAL – MÚSICA DE TERREIRO OU INSTRUMENTAL AFRO COM FADE OUT]

## Segundo Episódio

ABERTURA COM BATUQUES (POSSÍVEL TRILHA SONORA)

OLÁ, OUVINTES! EU SOU GIOVANNA FERNANDES E ESTÁ COMEÇANDO MAIS UM EPISÓDIO DO PODCAST “BATUQUE E PRECONCEITO”. AQUI FALAMOS SOBRE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA EM CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL.



NO EPISÓDIO ANTERIOR, CONVERSAMOS COM QUEM VIVE A ESPIRITUALIDADE NA PRÁTICA: LÍDERES RELIGIOSOS E PRATICANTES DA UMBANDA E DO CANDOMBLÉ. ELES COMPARTILHARAM CONOSCO SUAS TRAJETÓRIAS, EXPERIÊNCIAS NO TERREIRO E, PRINCIPALMENTE, OS DESAFIOS DE ENFRENTAR O PRECONCEITO NO DIA A DIA.

HOJE, NOSSO OLHAR SE VOLTA PARA A CIÊNCIA E A COMPREENSÃO CULTURAL. VAMOS DISCUTIR COMO A ANTROPOLOGIA CONTRIBUI PARA ENTENDER AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS, SUAS ORIGENS, SIMBOLOGIAS E O PAPEL FUNDAMENTAL QUE EXERCEM NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA.

NESTE PRIMEIRO MOMENTO, EU RECEBO O PROFESSOR DOUTOR VICTOR FERREIRA MAURO, PROFESSOR E PESQUISADOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.

PROFESSOR, SEJA MUITO BEM-VINDO!

## ENTREVISTA 1

NA SUA VISÃO, QUAL É A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO ESTUDO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS?

DE QUE FORMA ESSA ÁREA PODE AMPLIAR O ENTENDIMENTO SOCIAL SOBRE A FÉ E A ESPIRITUALIDADE DOS POVOS DE TERREIRO?

SABEMOS QUE, HISTORICAMENTE, ESSAS RELIGIÕES FORAM ASSOCIADAS A ESTIGMAS E PRECONCEITOS. COMO A ANTROPOLOGIA TRABALHA PARA DESCONSTRUIR ESSAS VISÕES E RECONSTRUIR O OLHAR DA SOCIEDADE SOBRE A UMBANDA E O CANDOMBLÉ?

PROFESSOR, O SENHOR PODERIA COMENTAR TAMBÉM SOBRE O CONCEITO DE RACISMO RELIGIOSO? COMO ELE SE DIFERENCIAM DO PRECONCEITO RELIGIOSO E DE QUE FORMA ESSAS DUAS EXPRESSÕES SE CRUZAM NA REALIDADE BRASILEIRA?

FALANDO AGORA SOBRE O AMBIENTE ACADÊMICO, O SENHOR ACREDITA QUE AS UNIVERSIDADES TÊM SE TORNADO MAIS ABERTAS PARA A DISCUSSÃO E VALORIZAÇÃO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS? OU AINDA EXISTE RESISTÊNCIA DENTRO DA PRÓPRIA ACADEMIA?



E, PARA ENCERRARMOS ESSA PRIMEIRA PARTE, GOSTARIA QUE O SENHOR DEIXASSE UMA MENSAGEM FINAL SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E DA EDUCAÇÃO NA LUTA CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.”

TRANSIÇÃO SUAVE DE ATABAQUES, MARCANDO A TROCA DE ENTREVISTADO.

## ENTREVISTA 2

AGORA SEGUIMOS COM A PARTICIPAÇÃO DE RAYANNE JARCEM, ANTROPÓLOGA E PESQUISADORA DE MESTRADO NA ÁREA DE RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA. RAYANNE, SEJA MUITO BEM-VINDA!

SAUDAÇÃO E BREVE RESPOSTA.

PARA COMEÇAR, GOSTARIA QUE VOCÊ CONTASSE COMO SURGIU SEU INTERESSE POR ESSE TEMA E COMO FOI O PROCESSO DE SE APROXIMAR DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA A PARTIR DA PESQUISA ACADÊMICA.

“NA SUA EXPERIÊNCIA COMO PESQUISADORA, QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE VOCÊ ENFRENTOU AO ABORDAR O CANDOMBLÉ E A UMBANDA DENTRO DA UNIVERSIDADE?”

“VOCÊ ACREDITA QUE O PRECONCEITO COM AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS TAMBÉM SE MANIFESTA, DE FORMA MAIS SUTIL, DENTRO DO MEIO ACADÊMICO?”

“UM PONTO MUITO MARCANTE DA ANTROPOLOGIA É O TRABALHO DE CAMPO. COMO TEM SIDO A SUA VIVÊNCIA DENTRO DOS TERREIROS? O QUE MAIS TE MARCOU DURANTE O CONTATO COM LIDERANÇAS E PRATICANTES?”

“AO ESTUDAR A RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA, O QUE MAIS TE SURPREENDEU EM TERMOS DE SIMBOLOGIA, RITUAIS OU FORMAS DE RESISTÊNCIA CULTURAL?”

“E PARA FINALIZAR, GOSTARIA QUE VOCÊ DEIXASSE UMA REFLEXÃO PESSOAL: O QUE A UMBANDA E O CANDOMBLÉ PODEM ENSINAR À SOCIEDADE SOBRE RESPEITO, COLETIVIDADE E ANCESTRALIDADE?”

TRANSIÇÃO DE ENCERRAMENTO – ATABAQUES E CANTOS EM FADE-OUT.  
ENCERRAMENTO

ENCERRAMOS ASSIM MAIS UM EPISÓDIO DO NOSSO PODCAST.

HOJE, MERGULHAMOS EM UMA PERSPECTIVA ACADÊMICA, ENTENDENDO COMO A



ANTROPOLOGIA CONTRIBUI PARA VALORIZAR E PROTEGER AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS, NÃO APENAS COMO PRÁTICAS ESPIRITUAIS, MAS COMO PARTE ESSENCIAL DA CULTURA E DA HISTÓRIA DO BRASIL.

AGRADEÇO IMENSAMENTE AO PROFESSOR VICTOR FERRI MAURO E À PESQUISADORA RAYANNE JARCEM PELA PARTICIPAÇÃO E PELAS REFLEXÕES TÃO VALIOSAS.

E VOCÊ QUE NOS ACOMPANHA, CONTINUE OUVINDO, COMPARTILHANDO E PROMOVENDO O RESPEITO ENTRE AS CRENÇAS.

INFORMAÇÃO É O CAMINHO PARA A TOLERÂNCIA.  
ATÉ O PRÓXIMO EPISÓDIO!"

VINHETA FINAL – CANTOS E ATABAQUES EM FADE OUT.

### **Terceiro Episódio - Final**

(VINHETA DE ABERTURA)

OLÁ, OUVINTES! SEJAM MUITO BEM-VINDOS A MAIS UM EPISÓDIO DO NOSSO PODCAST “BATUQUE E PRECONCEITO”. ESTAMOS FALANDO SOBRE UM TEMA FUNDAMENTAL PARA O ENTENDIMENTO DA NOSSA SOCIEDADE: A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA CONTRA RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA EM CAMPO GRANDE, NO MATO GROSSO DO SUL.

ESTE PROGRAMA FAZ PARTE DO MEU TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM JORNALISMO, E O OBJETIVO É TRAZER DIFERENTES OLHARES PARA ESSE FENÔMENO QUE ATRAVESSA DIMENSÕES CULTURAIS, JURÍDICAS E SOCIAIS.

NESTE EPISÓDIO, PARA ENTENDER COMO O PODER PÚBLICO ATUA NA PROTEÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA E NO ENFRENTAMENTO AOS CRIMES DE INTOLERÂNCIA, EU CONVERSEI COM A PROMOTORA DE JUSTIÇA PAULA VOLPE, DA PROMOTORIA DOS DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL.

COM UMA ATUAÇÃO VOLTADA À DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, A PROMOTORA PAULA VOLPE EXPLICA COMO O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM TRABALHADO PARA GARANTIR QUE A FÉ — EM TODAS AS SUAS FORMAS — SEJA



RESPEITADA, E COMENTA TAMBÉM OS DESAFIOS JURÍDICOS E SOCIAIS QUE AINDA PERSISTEM QUANDO O ASSUNTO É INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.

ENTREVISTA 1 – PROMOTORA PAULA VOLPE (MINISTÉRIO PÚBLICO DO MS)

1. O QUE SIGNIFICA, NA VISÃO DE VOCÊS, FALAR DE LIBERDADE RELIGIOSA EM UM PAÍS COMO O BRASIL, QUE É CONSTITUCIONALMENTE LAICO, MAS ONDE AINDA VEMOS TANTOS CASOS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO?
2. COMO O MINISTÉRIO PÚBLICO ATUA NA RESPONSABILIZAÇÃO DE CASOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA?
3. EXISTE UMA DIFICULDADE EM ENQUADRAR ESSES CASOS JURIDICAMENTE?
4. O PRECONCEITO RELIGIOSO COSTUMA SER DENUNCIADO COMO INJÚRIA, RACISMO OU INTOLERÂNCIA?
5. QUAIS AVANÇOS JÁ FORAM CONQUISTADOS EM CAMPO GRANDE NO ÂMBITO JURÍDICO?
6. QUE MEDIDAS O MPMS ACREDITA QUE PRECISAM SER FORTALECIDAS PARA GARANTIR A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA?
7. QUAL O CONSELHO A SENHORA DARIA PARA O PRATICANTE DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA QUE SOFRERAM INTOLERÂNCIA RELIGIOSA?

ENTREVISTA 2 – PEDRO GAETA

DEPOIS DE OUVIR A PERSPECTIVA JURÍDICA SOBRE O ENFRENTAMENTO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, AGORA É HORA DE ENTENDER COMO ESSA REALIDADE É VIVIDA POR QUEM ESTÁ DENTRO DOS TERREIROS E REPRESENTA, DIARIAMENTE, AS COMUNIDADES DE MATRIZ AFRICANA.

NOSSA SEGUNDA ENTREVISTA É COM BABALORIXÁ PEDRO GAETA, PRESIDENTE DA FECAMS – FEDERAÇÃO DE CULTOS AFROS E AMERÍNDIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E COMENDADOR ZUMBI DOS PALMARES.

COM UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELA DEFESA DA LIBERDADE RELIGIOSA E PELO FORTALECIMENTO DAS TRADIÇÕES AFRO-BRASILEIRAS.// BABÁ PEDRO GAETA TRAZ UMA VISÃO DIRETA SOBRE OS DESAFIOS, AS CONQUISTAS E O PAPEL DAS LIDERANÇAS ESPIRITUAIS NESSA LUTA.

PRESIDENTE DA FECAMS – FEDERAÇÃO DE CULTOS AFROS E AMERÍNDIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMENDADOR ZUMBI DOS PALMARES



BABÁ PEDRO GAETA, É UM PRAZER RECEBÊ-LO AQUI. PARA COMEÇAR, GOSTARIA DE SABER: POR QUE, NA SUA VISÃO, AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA AINDA SÃO TÃO ALVO DE PRECONCEITO NO BRASIL?

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE O RACISMO ESTRUTURAL E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA?

COMO AS CASAS DE AXÉ E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS TÊM LIDADO COM SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO OU ATAQUES?

VOCÊ ACREDITA QUE O DIÁLOGO ENTRE O PODER PÚBLICO E COMO PRESIDENTE DA FECAMS, QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DEMANDAS DAS COMUNIDADES DE MATRIZ AFRICANA HOJE?

O SENHOR PODERIA DIZER QUAL O PAPEL DA FECAMS?

E, PARA FECHAR, QUE MENSAGEM VOCÊ DEIXARIA À SOCIEDADE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE RESPEITAR E VALORIZAR A DIVERSIDADE RELIGIOSA?

ENCERRAMENTO

ESTAMOS CHEGANDO AO FINAL DO NOSSO EPISÓDIO E DO NOSSO PODCAST. FOI UMA CONVERSA EXTREMAMENTE RICA E NECESSÁRIA. QUERO AGRADECER A TODOS OS NOSSOS ENTREVISTADOS POR COMPARTILHAREM CONOSCO SUAS EXPERIÊNCIAS, REFLEXÕES E CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ENFRENTAMENTO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.

ESSE DEBATE MOSTRA QUE A LUTA CONTRA O PRECONCEITO RELIGIOSO NÃO É APENAS UMA QUESTÃO DAS COMUNIDADES AFETADAS, MAS DE TODA A SOCIEDADE, QUE DEVE SE UNIR EM DEFESA DA LIBERDADE E DO RESPEITO. A VOCÊ QUE NOS OUVIU ATÉ AQUI, MUITO OBRIGADA PELA COMPANHIA.

(VINHETA DE ENCERRAMENTO)

ESTE PODCAST É UM TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - UFMS.

PRODUÇÃO E LOCUÇÃO: GIOVANNA FERNANDES

ORIENTAÇÃO: PROFESSORA LAURA SELIGMAN

GRAVAÇÃO: VALDINEI COSTA DE ALMEIDA

EDIÇÃO: GYOVANA MARINHO